



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 010

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE MARÇO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata e chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**).

30 senhores deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 004/2003

Curitiba, 19 de março de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à elevada deliberação dessa nobre Assembléia, por intermédio de V. Exa., o incluso projeto de lei complementar que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, com o objetivo primordial de modernizar e dinamizar o procedimento das sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 foram sendo aprimoradas no plano federal as instituições do processo civil e do processo penal, com vistas a superação de anacronismos e objetivando imprimir maior celebridade aos feitos, sem qualquer prejuízo para o intangível direito de ampla defesa e com a consagrada garantia do contraditório.

Pode-se observar, porém, que, embora seja um paradoxo, o processo administrativo disciplinar e a própria sindicância continuam obedecendo a algumas regras totalmente superadas, que impedem ou retardam sua célere conclusão, causando assim prejuízo ao serviço público e ao próprio acusado, que vê prolongar-se uma situação de incerteza a respeito de sua culpabilidade e da sanção a lhe ser eventualmente imposta. Perde mais a sociedade, cujo clamor é cada vez mais candente em prol de um organismo policial saneado.

É de toda evidência, assim, que tais regras sejam apresentadas com clareza, simplificando em muito os procedimentos e sua compreensão por parte dos interessados.

Existe hoje expectativa de que se alcance uma revisão geral dos procedimentos disciplinares da administração, sendo o presente projeto, basicamente, proposta de grupo de trabalho constituído não para reconstruir o sistema disciplinar da administração ou mesmo da Polícia Civil, mas sugerir intervenções tópicas, com dupla finalidade.

De um lado, procura-se compatibilizar o regime dos procedimentos disciplinares com as normas constitucionais relativas à ampla defesa e ao contraditório, expurgando os textos de quaisquer sinais de autoritarismo. De outro lado, procura-se dar consistência lógica às regras em vigor, modernizando-as e adaptando-as à necessidade de um procedimento ágil e eficiente que, refletindo as garantias públicas, assegure ao acusado o direito a uma

decisão motivada, dentro de um prazo razoável, bem como recursos claramente previstos e que permitam o reexame de qualquer decisão punitiva.

A doutrina aponta os caminhos para procedimentos que satisfaçam a esse duplo imperativo, de garantia de direitos e de garantia de eficácia. No magistério de Maria Silvia Zanella di Pietro, “O processo desenvolve-se nas seguintes fases: instauração, instrução, defesa, relatório e decisão. O processo tem início com despacho da autoridade competente, determinando a instauração, assim que tiver ciência de alguma irregularidade; ela age ex-officio, com fundamento no princípio da oficialidade” (Direito Administrativo, Editora Atlas, 10ª edição, 1998, págs. 414/415).

Por outro lado, Romeu Felipe Bacellar Filho aponta como os princípios da Administração Pública fixados na Constituição de 1988 devem ser aplicados ao processo administrativo disciplinar: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esclarece mais que, da incidência do princípio da legalidade no campo do processo administrativo disciplinar decorrem os princípios do “formalismo moderado” e da “oficialidade” (Princípios Constitucionais do Processo Administrativo Disciplinar, Editora Max Limonad, 1998, págs. 170 e s. e 345 e ss.).

No aspecto formal impunha-se desde logo proceder à correção de bisonho erro material detectado no início do texto, consubstanciado na existência de dúplice artigo de lei: com efeito, o artigo 6º repete-se na ordem numérica, tratando de matérias diversas e sequenciais.

Sugere-se, nesse passo, a integração da matéria num único e mesmo artigo, subdividido em incisos e alíneas, consolidando-se o conteúdo normativo hígido, expurgados os dispositivos cuja vigência se exaurem ante a incompatibilidade com as novas normas propostas.

Com as invocações ora apresentadas a expectativa é de que a sindicância possa terminar em trinta dias, prorrogáveis por igual período, e o processo administrativo disciplinar em sessenta dias, com possibilidade de prorrogação por mais sessenta, lapsos razoáveis e mais adequados à exigência da apropriada instrução, que norteará uma decisão imantada de maior segurança jurídica.

Institui-se um rol variegado de autoridades legitimadas a determinar a instauração dos procedimentos, rompendo-se uma exclusividade que repousava no Conselho da Polícia Civil e impedia um controle intra-orgânico mais efetivo da Administração.

Ressaltam-se como fundamentais na estrutura do projeto as providências preliminares. Entre elas se inclui a possibilidade de uma apuração preliminar, de caráter simplesmente investigativo e necessariamente célere, sem forma nem figura de processo, quando os elementos disponíveis não permitam instaurar de pronto, a sindicância ou o processo administrativo.

Previu-se a possibilidade de afastamento preventivo do servidor, no curso da sindicância ou do processo administrativo, quando o recomendar a moralidade

pública ou a repercussão do fato. Aliadas a essa medida, e por decorrência da transitória vedação ao exercício das funções policiais típicas, propuseram-se outras de caráter acessório, visando evitar desgaste conceitual da instituição e seu descrédito público.

O projeto enfatiza a garantia do direito de petição ao cidadão e ao próprio servidor policial, impondo à Administração o dever de apreciá-la, sob pena de responsabilidade do agente público.

Embora esteja amplamente consagrado pela doutrina e jurisprudência que o processo administrativo disciplinar não exige o mesmo rigor formal do processo penal, evitou-se qualquer providência que pudesse ameaçar, arranhar ou restringir o direito à ampla defesa e ao contraditório.

O capítulo dos recursos assegura, de maneira mais clara e direta, a possibilidade de reexame de qualquer decisão punitiva. Ao mesmo tempo, o capítulo da revisão admite que esta possa ser proposta a qualquer tempo, nas hipóteses específicas, à luz de fatos novos ou nulidades do procedimento.

O sistema proposto reduz a enorme atividade executiva disciplinar do Conselho da Polícia Civil, composto pela cúpula da organização policial, já assoberbada com a ingente tarefa de garantir a segurança pública e desempenhar atividade afim. Abriu-se sua composição, prevendo-se a participação de dois membros do Ministério Público e um Procurador do Estado, ao lado dos integrantes natos, dos delegados de Polícia e do representante da Secretaria de Segurança Pública.

Concentra-se na Corregedoria-Geral, órgão tipicamente de funções disciplinares, a instauração e o controle dos procedimentos das sindicâncias, processos administrativos e investigações preliminares, liberando-se a delegacia-geral e o conselho da Polícia Civil para que possam dedicar-se prioritariamente às tarefas de segurança pública propriamente dita, no comando da importante máquina policial civil do Estado.

Estabelece o projeto, enfim, flexibilidade para o preenchimento de cargos de comando da instituição, podendo utilizar-se, se entender necessária a administração, de uma multiplicidade de opções e de conseqüente renovação dos quadros diretivos, em busca de padrões alternativos de desempenho da organização.

O objetivo prevalente, enfim, é conferir maior eficácia e celebridade aos procedimentos destinados a sanear nossa Polícia Civil, revestindo-se de indiscutível interesse público ante os reais benefícios que medida dessa ordem trará à comunidade.

Expostas assim em linhas gerais as razões da iniciativa, submeto a matéria a essa augusta Casa de Leis, solicitando que o projeto tramite em regime de urgência.

Renovo a V. Exa, meus protestos de fraternal apreço e distinguida consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com suas posteriores alterações, passam a vigorar com nova redação ou ficam revogados, conforme é adiante explicitado:

1) Artigo 6º, revogados seus atuais incisos VIII e XIV e parágrafos 1º a 6º:

“Art. 6º - O Conselho da Polícia Civil, nos termos do artigo 47, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná, é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis, sendo integrado pelos seguintes membros:

I - o delegado geral da Polícia Civil, como presidente e membro nato;

II - o delegado geral adjunto da Polícia Civil, como vice-presidente e membro nato;

III - pelo corregedor-geral da Polícia Civil;

IV - por dois representantes do Ministério Público, indicados pelo procurador-geral de Justiça;

V - por dois delegados de polícia estáveis, indicados pelo governador do Estado do Paraná.

VI - por um representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública, de reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, indicado pelo respectivo secretário;

VII - por um representante da Procuradoria-Geral do Estado, indicado pelo procurador-geral do Estado;

VIII - Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:

a) deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas pelo delegado geral de Polícia Civil;

b) zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Paraná;

c) aprovar regimentos internos das unidades policiais civis e outros atos normativos que definam a atuação da Instituição;

d) propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil;

e) pronunciar-se sobre matéria relevante, concernente a funções, princípios e condutas funcionais ou particulares do policial civil que resultem em reflexos à Instituição;

f) examinar e avaliar as propostas das unidades administrativas da Polícia Civil do Estado do Paraná, em função dos planos e programas de trabalhos previstos para cada exercício financeiro;

g) analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos;

h) proceder ao julgamento, como instância originária, dos processos disciplinares instaurados contra autoridades policiais civis;

i) deliberar sobre a remoção de delegados de polícia, no interesse do serviço policial, observadas as disposições desta lei;

j) deliberar sobre proposta de criação e extinção de cargos e de unidades administrativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná;

l) deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e *post mortem* e para proposição de comendas previstas em lei, conforme dispuser o regulamento;

m) deliberar, conclusivamente, sobre a indenização, promoção ou pensão especial decorrente de enfermidade ou morte em virtude de serviço ou do exercício da função;

n) exercer outras atribuições previstas em lei.”

2) Artigo 194 - *caput* e parágrafo único:

Art. 194 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder, para defesa de direitos e para reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço policial.

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.”

3) Artigo 195 - *caput*:

“Art. 195 - Ao policial civil é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como, nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração, observadas as seguintes regras:”

4) Artigo 216 - Parágrafo 1º:

“§ 1º - O corregedor-geral da Polícia Civil decidirá fundamentadamente pelo afastamento temporário, ou não, do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta lei, do servidor policial civil processado criminalmente.”

5) Artigo 217, parágrafo 1º, ficando revogado o seu parágrafo 4º:

“§ 1º - O servidor policial civil, indiciado em processo disciplinar, será afastado do exercício, a critério do corregedor-geral da Polícia Civil, que poderá decidir pela redução de 50% (cinquenta por cento) do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença corrigida monetariamente se for, afinal, absolvido.”

6) Artigo 222 - incisos VI e VII:

“VI - cassação de aposentadoria;

VII - cassação da disponibilidade;”

7) Artigo 227 - *caput* e parágrafo 3º, ficando revogados seus parágrafos 1º e 2º:

“Art. 227 - A pena de suspensão, que acarreta a perda de cinquenta por cento da remuneração, não excederá de 90 (noventa) dias.

§ 3º - A pena de suspensão implica na retirada da arma e da insígnia do policial durante o respectivo período.”

8) Artigo 238 - inciso III:

“III - O Conselho da Polícia Civil, em casos de advertência, repreensão e suspensão;”

9) Artigo 240 - *caput*, parágrafos e incisos:

“Art. 240 - A autoridade corregedora realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou for incerta sua autoria.

§ 1º - A investigação preliminar, de caráter informal e sumaríssimo, será instaurada de ofício pelo corregedor-geral da Polícia Civil, ou mediante representação das demais autoridades referidas no artigo 238.

§ 2º - O início da apuração deverá ser comunicado pela autoridade designada para presidi-la ao corregedor-geral da Polícia Civil, devendo ser concluída em trinta (30) dias.

§ 3º - Não concluída no prazo a apuração, a autoridade deverá imediatamente encaminhar ao corregedor-geral da Polícia Civil relatório das diligências realizadas e prosseguir nas investigações por mais dez (10) dias, ao término dos quais relatará circunstanciadamente os fatos apurados.

§ 4º - Ao concluir a apuração preliminar, a autoridade deverá opinar fundamentadamente pelo arquivamento ou pela instauração de sindicância ou processo administrativo.

§ 5º - Determinada a instauração de sindicância ou processo administrativo, ou havendo durante seu curso conveniência para a instrução ou para o serviço policial, poderá o corregedor-geral da Polícia Civil, por despacho fundamentado, ordenar, isolada ou cumulativamente, as seguintes providências:

I - afastamento preventivo do policial civil, até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por até sessenta (60) dias, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a repercussão do fato, observado o disposto no artigo 217;

II - designação do policial civil para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas, até decisão final do procedimento;

III - recolhimento de carteira funcional, distintivo, armas e algemas;

V - proibição do porte de armas;

V - comparecimento obrigatório, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar ciência dos atos do procedimento.

§ 6º - Qualquer autoridade que determinar a instauração ou presidir sindicância ou processo administrativo, poderá representar ao corregedor-geral da Polícia Civil

para propor a aplicação das medidas previstas neste artigo, bem como sua cessação ou alteração.

§ 7º - O corregedor-geral da Polícia Civil poderá, a qualquer momento, por despacho fundamentado, fazer cessar ou alterar as medidas previstas neste artigo.

§ 8º - O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.”

10) Artigo 241 - *caput*, inciso III e parágrafos 6º e 11:

“Art. 241 - A sindicância será instaurada de ofício pelo corregedor-geral da Polícia Civil, ou por determinação das autoridades referidas no artigo 238 desta lei, somente para apuração de responsabilidade pela prática de fato constitutivo de transgressão disciplinar a que se cominem as penas de advertência, repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, observados o rito do contraditório e ampla defesa, conhecidas a autoria e materialidade, esta se houver.

III - comunicação da instauração ao Conselho da Polícia Civil e ao setor de pessoal;

§ 11 - A citação, que após recebida dará início ao prazo de trinta (30) dias para a conclusão do feito, prorrogáveis por igual período mediante despacho do corregedor-geral à vista de requerimento fundamentado da autoridade sindicante, conterá:”

11) Artigo 242 - parágrafos 10, 14 e 15:

“§ 10 - Cumpridas as diligências, serão os autos conclusos à autoridade sindicante, que saneará onde necessário e notificará o defensor do sindicato a apresentar alegações finais no prazo de três dias.

§ 14 - Se no decorrer da instrução ficar caracterizado ter o servidor cometido outras transgressões além das constantes da citação, serão extraídas as peças necessárias e remetidas ao corregedor-geral, que instaurará novo procedimento.

§ 15 - Com o relatório, a sindicância será enviada ao corregedor-geral, que o remeterá à autoridade competente para a decisão.”

12) Artigo 243 - *caput* e parágrafos 1º, 3º e 4º.

“Art. 243 - O processo disciplinar, obedecidos os princípios do contraditório e a ampla defesa, será instaurado por determinação das autoridades referidas no artigo 238 e precederá a aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 1º - Aplicam-se ao processo disciplinar, no que couber, as disposições previstas para a sindicância e, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal.

§ 3º - O processo disciplinar deverá ainda ser instaurado por provocação da autoridade policial, observado o previsto no artigo 257.

§ 4º - Compete ao corregedor-geral da Polícia Civil expedir o ato instaurador do processo disciplinar.”

13) Artigo 244 - *caput* e parágrafos 1º, 2º e 3º, ficando revogado seu atual parágrafo 4º:

“Art. 244 - O processo disciplinar será presidido por delegado de polícia designado pelo corregedor-geral da Polícia Civil, escolhido dentre delegados de polícia estáveis, preferencialmente da classe mais elevada.

§ 1º - Regulamento baixado pelo Poder Executivo disciplinará os mecanismos para escolha dos presidentes de processos disciplinares.

§ 2º - O delegado de polícia que presidir o processo disciplinar designará como secretário um servidor civil estável, dando conhecimento ao setor de pessoal, para efeito de anotações.

§ 3º - Não poderá ser encarregado da apuração, nem atuar como secretário, amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, cônjuge, companheiro ou qualquer integrante do núcleo familiar do denunciante ou do acusado, bem assim o subordinado deste, devendo a autoridade ou o funcionário designado comunicar, desde logo, à autoridade competente, o impedimento que houver”.

14) Artigo 245 - inciso VI:

“VI - designação do delegado de polícia que presidirá o processo.”

15) Artigo 247:

“Art. 247 - O acusado será citado com os requisitos do artigo 241, parágrafo 11, pessoal e individualmente, para ser interrogado sobre as imputações contra si existentes, em data e local previamente designados, com antecedência mínima de cinco dias, prazo este durante o qual os autos poderão ser examinados pelo defensor, junto à presidência do processo.”

16) Artigo 248, parágrafo 5º e 6º:

“§ 5º até a data do interrogatório, será designada a audiência de instrução.

§ 6º - Em qualquer fase do processo poderá o presidente, de ofício ou a requerimento da defesa, ordenar diligência que entenda convenientes”.

17) Artigo 249 - *caput* e parágrafo 1º a 6º:

“Art. 249 - Na audiência de instrução serão ouvidas, pela ordem, as testemunhas arroladas pelo presidente e pelo acusado, que em ambos os casos não poderão exceder de cinco (5).

§ 1º - Tratando-se de servidor público, seu comparecimento deverá ser solicitado ao respectivo superior imediato, com as indicações necessárias.

§ 2º - As testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão à audiência designada independentemente de notificação.

§ 3º - Deverá ser notificada a testemunha cujo depoimento for relevante e que não comparecer espontaneamente;

§ 4º - Se a testemunha não for localizada a defesa poderá substituí-la levando na mesma data designada para a audiência outra, independente de notificação.

§ 5º - A testemunha não poderá eximir-se de depor, salvo se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que legalmente separado, companheiro, irmão, sogro e cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

§ 6º - Se o parentesco das pessoas referidas for com o denunciante, ficam elas proibidas de depor, observada a exceção do parágrafo anterior.”

18) Artigo 251 *caput* e parágrafo 1º a 3º:

“Art. 251 - Durante a instrução, os autos do procedimento administrativo permanecerão na repartição competente.

§ 1º - Será concedida vista dos autos ao acusado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

§ 2º - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do acusado ou para apresentação de recursos, mediante intimação por AR.

§ 3º - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu representado, salvo na hipótese de prazo comum, de processo sob regime de segredo de justiça, da existência nos autos de documentos originais de difícil restauração, ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos na repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado”.

19) Artigo 252:

“Art. 252 - O prazo para a conclusão da instrução do processo administrativo, incluindo o relatório da autoridade disciplinar, será de sessenta (60) dias, contado da citação do acusado, prorrogável pela Corregedoria-Geral da Polícia Civil por igual período, no máximo, mediante solicitação fundamentada da autoridade que presidir o processo.”

20) Artigo 253 - Parágrafo Único:

“Parágrafo Único - O policial civil que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.”

21) Artigo 255 - parágrafo 4º:

“§ 4º - Verificando a autoridade disciplinar configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará obrigatoriamente as peças necessárias ao Ministério Público.”

22) Artigo 259 - parágrafo 1º, ficando revogados seus parágrafos 2 e 3º:

“§ 1º - Verificada a ocorrência da prescrição ou descumprimento de formalidade essencial, o corregedor-geral da Polícia Civil provocará a apuração das responsabilidades legais de quem lhe deu causa”.

23) Artigo 261 - parágrafo 1º:

“§ 1º - A prisão será comunicada imediatamente à autoridade judiciária e ao corregedor-geral da Polícia Civil, que instaurará o processo disciplinar.”

24) Artigo 263 - *caput* parágrafo 1º a 5º:

“Art. 263 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade.

§ 1º - O prazo para recorrer é de trinta (30) dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Do recurso deverá constar, além do nome e qualificação do recorrente, a exposição das razões de inconformismo.

§ 3º - O recurso será apresentado à autoridade que aplicou a pena, que terá o prazo de dez (10) dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la.

§ 4º - Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico.

§ 5º - O recurso será apreciado pela autoridade competente ainda que incorretamente denominado ou endereçado.”

25) Artigo 264:

“Art. 264 - Caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, de decisão tomada pelo governador do Estado em única instância, no prazo de trinta (30) dias.”

26) Artigo 265:

“Art. 265 - Os recursos de que trata esta lei complementar não têm efeito suspensivo; os que foram providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo seus efeitos à data do ato punitivo.”

27) Artigo 266:

“Art. 266 - A decisão final não se fundamentará em manifestações técnico-jurídicas não compreendidas no âmbito da relação processual, ressalvadas as oriundas da Procuradoria Geral do Estado.”

28) Artigo 267 - *caput* e parágrafo 4º, 5º, 6º e 7º:

“Art. 267 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada.

§ 4º - Não será admitida reiteração de pedido pelo mesmo fundamento.

§ 5º - O ônus da prova cabe ao requerente.

§ 6º - Os pedidos formulados em desacordo com este artigo serão indeferidos.

§ 7º - A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão.”

29) Artigo 270:

“Art. 270 - A decisão de julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada.”

30) Artigo 295 - parágrafo 1º:

“§ 1º - Os titulares dos cargos de delegado-geral adjunto, corregedor-geral, corregedor de assuntos internos, corregedor de área, assessor civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública, diretor de Escola Superior de Polícia Civil e diretor do Instituto de Identificação serão escolhidos dentre os integrantes da carreira de delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada.”

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 da Ordem do Dia de hoje (25/03/2003).

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa após ouvido o douto Plenário, desarquivamento da Proposta de Emenda Constitucional nº 041/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa após ouvido o douto Plenário, desarquivamento do Projeto de Lei nº 632/2002, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação do Projeto de Lei nº 373/2002, que declara de Utilidade Pública a Associação Marigaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes, que se encontra arquivado (artigo 250 do Regimento Interno).

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 466/99, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Celso Antônio Três, procurador federal de Cascavel e que já recebeu parecer favorável das Comissões Permanentes.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do Sr. José Giroletta, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 23 de março do corrente, na comunidade de Palmeirinha, município de Itapejara d'Oeste.

Do aprovado requer ainda, que seja enviada correspondência à família enlutada, externando nossas sinceras condolências.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Giroletta, faleceu no último dia 23 de março, aos 89 anos de idade, deixando viúva a Sra. Lúcia Giroletta, dez filhos: Luiz, Madalena (falecida), Catarina, Adelina, Angelina, Elvira, Otília, Alcides, Pedro e Erica, 46 netos, 54 bisnetos e 8 tataranetos. É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do José Giroletta, agricultor, pai e esposo exemplar, que com sua carisma e simpatia cultivou muitos amigos, e que teve seu vida marcada pela integridade, trabalho e dedicação aos seus semelhantes.

Morador há 43 anos na comunidade de Palmeirinha, município de Itapejara d'Oeste, deixa a todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a lembrança e o carinho de um homem exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor

dos familiares do Sr. José Giroletta, endereçando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que conforte a todos.

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio e registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao presidente e demais membros da Diretoria da Acamop - Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, eleita no dia 22 de março do corrente, assim composta:

Presidente: vereador Júlio César Leme da Silva - Cascavel - PMDB;

1º vice-presidente: vereadora Florinda de Oliveira - Toledo - PT;

2º vice-presidente: vereador Rogério Petronilho - Nova Aurora - PMDB;

1º secretário: vereador Edson Primon - Matelândia - PMDB;

2º secretário: vereador Elio A. Silva - Campo Bonito - PMDB;

1º tesoureiro: vereador João Pedro Bento - Palotina - PDT;

2º tesoureiro: vereador Néri Moss - Diamante do Oeste - PFL.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 22 de março do corrente, na cidade de Cascavel, três chapas concorreram à eleição da Acamop, sendo vitoriosa por 115 votos a 75 a chapa denominada integração, e tendo como presidente o vereador cascavelense Júlio César Leme da Silva, motivo que nos leva a registrar nos Anais desta Casa votos de congratulações a todos os integrantes da nova diretoria.

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de União da Vitória, pela passagem de seus 113 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hussein Bakri, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Domingos Forte Filho, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar,

associa-se a todas as homenagens devidas ao município de União da Vitória na significativa data da comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política.

Externando nosso sentimento de gratidão e reconhecimento aos administradores de todos os tempos pela incansável luta por melhores condições de vida aos seus munícipes, auguramos sucesso na longa caminhada para um futuro melhor.

Compartilhando da alegria de toda a população dessa hospitaleira cidade de União da Vitória, a qual se transformou em polo da região sul do nosso Estado, sentimos-nos orgulhosos em parabenizar a todos formulando votos de completo êxito nas realizações de grande importância para o município e região.

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Alves de Souza e Maria Cilézia de Souza que completa 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o registro de moção de louvor nos Anais desta Casa, dirigida ao empresário Sérgio Maeoka, proprietário das Farmácias Nissei, em virtude da inauguração do Centro Administrativo da sua empresa.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Dezessete anos foram suficientes para a consolidação da Farmácia Nissei como importante rede desse ramo em nosso Estado, assentada em capital nativo.

São 37 lojas servidas por um seletor, qualificado e invejável quadro de 700 colaboradores.

De ex-office boy de farmácia na cidade de Apucarana, ex-balconista da extinta e saudosa Morifarma, surge esse capitão de empresa, o Sérgio Maeoka, que na noite de 24 de março, em brilhante e concorrida solenidade, agrega ao seu patrimônio, a sede própria do Centro Administrativo de Drugstore Nissei, instalações que ocupam uma área de 3.000 metros quadrados na Rua Desembargador Westphalen, em nossa cidade.

São Mateus cita nos versículos 14 a 30 do Capítulo 25 do seu Evangelho o empregado que dobrou os bens entregues pelo padrão à sua guarda, Sérgio Maeoka, multiplica os seus talentos, honrando as suas origens e dignificando os que com ele colaboram na sólida construção da simpática marca Nissei.

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao inspetor Hélio Cardoso Derenne, da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Paraná, solicitando a implantação de uma Delegacia ou Posto da Polícia Rodoviária Federal, na cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Reiterando a solicitação da Câmara Municipal de Londrina solicitamos a análise de V. Exa. e possível intervenção quanto à viabilidade do atendimento.

Ressaltamos que os postos mais próximos se encontram nas cidades de Cascavel e Ponta-Grossa, ambas distantes 400 Km de Londrina, o que dificulta e encarece o trabalho desenvolvido pelas dezenas de agências de turismo que diariamente necessitam desses serviços.

Considerando também que, Londrina é tida como rota do tráfico internacional de drogas e de contrabando, a implantação de uma Delegacia ou Posto da Polícia Rodoviária Federal, em muito contribuiria para o combate à criminalidade na região.

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Jocélia Barbosa dos Santos, residente à Rua Herbert Trap nº 212 - Bairro Guarituba - município de Colombo, que pede a conclusão de implantação de rede de esgoto na rua em que reside.

Alguns moradores dessa rua já dispõem do benefício. Se necessário informações complementares, reco-

mendamos contato com a requerente pelo telefone 667-1412.

Sala das Sessões, 25.03.2003.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Márcia Kamaroski Costa, residente à Rua Pedro Costa nº 54 - Bairro Jardim Solimões - município de Colombo, que pede a implantação de uma lombada eletrônica ou sinaleiro, bem como uma melhor sinalização na Rodovia da Uva, próximo ao Super Mercado Kusma, tendo em vista o local ser muito movimentado.

Nas proximidades há dois colégios estaduais e um particular, com muitos alunos, os quais diariamente correm riscos de acidentes, assim como todos os pedestres que necessitam atravessar essa rodovia. Infelizmente já ocorreram acidentes fatais e não há segurança no local, motivo pelo qual pede urgência no atendimento do presente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 621-4257.

Sala das Sessões, 25.03.2003.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, e ao superintendente do DER de Ponta Grossa, engenheiro Paulo Montes, solicitando, em caráter de urgência, sinalização e redutores de velocidade em frente à Escola Municipal de Barra Mansa, município de Tibagi onde, por se tratar de um declive acentuado, ocorrem frequentes acidentes, inclusive com perda de vidas humanas.

Sala das Sessões, 25.03.2003.
(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à Mesa, na forma regimental e da Comissão Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 683/2002, que declara de Utilidade Pública a Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídri-

cos e Naturais Amigos das Águas, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, 25.03.2003.
(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Rede Brasileira para Conservação de Recursos Hídricos e Naturais Amigo das Águas visa a defesa e preservação dos seres e bens da natureza. A entidade tem como objetivo promover a educação ambiental em todos os níveis, garantir um ambiente natural ecologicamente equilibrado e uma sadia qualidade de vida.

Por ser instituição sem fins lucrativos, comprovada pela documentação anexada ao Projeto nº 683/2002, solicitando o desarquivamento.

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à mesa na forma regimental e da Comissão Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 679/2002, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares de Guaratuba - Sindimares, com sede e foro no município de Guaratuba.

Sala das Sessões, 25.03.2003.
(a) TADEU VANERI

JUSTIFICATIVA:

Por ser uma instituição sem fins lucrativos e defender os interesses das categorias por ele compreendidas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 139/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Revoga-se o sistema da "progressão continuada", ou de ciclos, no âmbito do ensino fundamental, nas escolas paranaenses.

Art. 2º - Fica instituído o sistema seriado no Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Paraná.

Art. 3º - A educação nas escolas públicas do Paraná deverá organizar-se em séries anuais ou períodos semestrais, somente progredindo para a etapa seguinte o aluno submetido à criteriosa avaliação.

Art. 4º - Essa lei entrará em vigor no período letivo seguinte à data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.
(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A queda na qualidade da educação nas séries iniciais do ensino fundamental é evidente, e tem sido objeto de reclamação do povo.

Neste ano de 2003, encontramos alunos de 4ª série, em várias escolas públicas, que não conseguem reproduzir suas idéias utilizando os referenciais da língua portuguesa, respeitando as exigências impostas pela sociedade no uso da norma culta do idioma escrito, ou ainda do sistema de numeração arábica.

Atualmente, os excluídos socialmente, pertencentes à classe popular, estão sujeitos a uma escola que finge que ensina. Enquanto isso, alunos fingem que aprendem e são empurrados para classes superiores, ano após ano, em desigualdade com as escolas particulares onde há a avaliação mensurada. Isso se reflete depois, em maior injustiça na desigualdade de oportunidades diante do mercado de trabalho, em que a população de incapacitados e ignorantes persiste mais numerosa nas faixas oriundas dos estratos mais humildes das escolas públicas.

A organização do ensino público fundamental é prerrogativa de cada Estado ou município, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/96, que no seu artigo 23 autoriza a opção entre séries anuais, períodos semestrais ou ciclos.

É urgente a revisão do ensino ciclado, atualmente implantado no Estado do Paraná, para que haja garantia da qualidade de ensino e igualdade de oportunidade para todas as crianças e jovens paranaenses.

Outro motivo para a necessária revisão é que, com a promoção automática, desconsiderando totalmente o avanço ou não do aluno na aprendizagem, a ignorância dos conteúdos não é óbice para que eles sigam adiante. Meninos e meninas ignorantes são condenados ao limbo pedagógico perpétuo. Passam a assistir às aulas em silêncio, no fundo das classes, como ouvintes de terceira categoria, empurrados de ano para ano. Entulho humano, fingindo que aprende, para não engrossar estatísticas de reprovação - desagradáveis aos olhos dos governos e dos bancos internacionais fomentadores de programas de cooperação.

No Estado do Paraná, a implantação dos ciclos nas escolas públicas estaduais e municipais tem mascarado os resultados dos índices estatísticos, apresentando melhoria irreal do desempenho da educação, desconsiderando totalmente o fracasso dos alunos.

Já na Grécia antiga o ser humano aprendeu primeiro a sentir (fez poesia), depois a contar (descobriu os números), depois a pensar (formulou a filosofia). Esta é a Paidéia. A síntese da educação.

Modernamente a Unesco, em suas exigências, estabelece que o aluno precisa aprender a ser, estar e conviver e a eficiência do ensino é fundamentada no artigo 32 da LDB, que expressa o domínio da leitura, escrita e do cálculo.

Este princípio clássico deve materializar o ideal que foi dos gregos, e também foi o ideal preconizado pelos grandes professores Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, Erasmo Pilotto, Graciliano Ramos, Lulu Seiler, Elvira Estrela, Júlia Mizurelli, Eny Caldeira, Nair Macedo, Elmira Greca, Francisco Gomes Ribeiro, Dario Velozo,

Dom Jerônimo Mazzarotto. Enfim, tantos mestres da humanidade, do Brasil, do Paraná e desta adorada Curitiba.

À escola que ensina a “ler, escrever e contar”.

Não se pede mais.

Pede-se responsabilidade sem cinismo estatístico.

Propõe-se a promoção avaliada, coerente com os parâmetros curriculares-nacionais.

Têm-se conhecimento que as cidades de Santos e Brasília, abandonaram o ensino ciclado e retornaram à seriação.

Só a seriação nos mostra com clareza o êxito ou fracasso da escola, do professor e do aluno, favorecendo o diagnóstico de problemas e a busca imediata de soluções adequadas a cada um deles, permitindo a construção de uma escola sem mentiras.

Pelo exposto, conto com os ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei, que prevê a organização do ensino fundamental no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 140/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado em caráter emergencial um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul, o qual terá competência para atuar em Laranjeiras do Sul, Virmond, Canta Galo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos.

Art. 2º - Para o devido funcionamento do posto de atendimento supra mencionado, caberá ao Corpo de Bombeiros estruturá-lo com pessoal e equipamentos adequados às necessidades da região, com um número não inferior a 24 (vinte e quatro) pessoas.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei que cria um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros para atuar na cidade de Laranjeiras do Sul e demais cidades da região sendo elas: Virmond, Canta Galo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos, considerando que estas cidades circundam o município de Laranjeiras do Sul e todas são atendidas pelo Corpo de Bombeiros da cidade de Guarapuava.

Cabe ressaltar que Guarapuava encontra-se a aproximadamente 114 km de Laranjeiras do Sul, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exemplo, na ocorrência de incêndios,

pois até percorrê-la certamente muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, aquela região da mesma forma clama por um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhe a segurança esperada nesta área de atuação.

Neste termos, justifica-se a criação do posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 141/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado na cidade Laranjeiras do Sul, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, a 21ª Subdivisão da Polícia Civil, bem como ainda a implantação concomitante do Instituto Médico Legal.

Art. 2º - Pertencerá à 21ª Subdivisão Policial as seguintes cidades: Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Marquinho, Virmond, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cantagalo, Quedas do Iguaçu, Espigão do Iguaçu, Palmital e Laranjal.

Art. 3º - Caberá ao Estado do Paraná através da Secretaria Estadual da Segurança Pública, suprir o efetivo da Subdivisão Policial criada de acordo com as necessidades da região.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.
(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Projeto de lei que cria a subdivisão de Laranjeiras do Sul, bem como a criação do IML em vista da grande necessidade deste órgão policial na região, em virtude do aumento populacional na região por longos anos a fio sem o devido reconhecimento da importância da região dentro do Estado.

Em face ao crescimento da população de Laranjeiras do Sul, Virmond, Nova Laranjeiras, Marquinho, Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Rio Bonito do Iguaçu e Porto Barreiro e que a área de abrangência da 14ª Subdivisão Policial sediada em Guarapuava e que atende às seguintes cidades além das mencionadas acima: Guarapuava, Cândói, Palmital, Pitanga, Laranjal, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Foz do Jordão, Turvo, Mato Rico, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Pinhão, Nova Tebas, ou seja, são ao total 26 municípios na área de abrangência da 14ª Subdivisão Policial de

Guarapuava, deixando de atender com eficiência a população da região Centro-Oeste do Estado, pois além do número de cidades é também enorme a área em extensão territorial, o que dificulta ainda mais a presença policial na região não cumprindo com a finalidade da polícia judiciária na região.

Outrossim, ainda destacamos que o efetivo da Polícia Civil da 14ª SDP é caótica, senão vejamos:

- a) 08 delegados de polícia para 26 cidades, onde temos oito sedes de comarcas;
- b) 19 escrivães de polícia para 26 cidades;
- c) 43 investigadores de polícia;
- d) 3183 inquéritos policiais;
- e) 316 presos.

Destaca-se ainda que, segundo a ONU, o ideal de policiais por número de habitantes é em torno de 03 policiais para cada 1000 habitantes, o que nesta região está muito aquém das expectativas mundiais, senão vejamos: existem cerca de 73 policiais na região toda, onde deveria existir - segundo a ONU - cerca de 1500 policiais, pois a população da região toda é de aproximadamente 500.000 habitantes. Vejam então a diferença gritante que está ocorrendo com a proporcionalidade de policial por habitantes.

Outro aspecto importante, que existe somente um Instituto Médico Legal para atender toda esta população, que há muito está esquecida dos governos estaduais, não se pode aceitar apenas um órgão como o IML para atender toda esta população, ou seja, é um desrespeito para com o cidadão que paga seus impostos. Há casos de uma família em estado de dor por ter perdido um ente querido ficar até 12 ou 14 horas para ter o corpo do seu familiar liberado pelo IML mais próximo, que no caso desta região ou se leva para Guarapuava ou Pato Branco ou para Ponta Grossa, sem falar ainda mais dos exames de lesões corporais ou outros tipos de exames que a justiça reclama ou ainda demais exames de natureza corriqueira que deveriam ser feitos por médicos legistas, mas que muitas vezes o delegado - quando há delegado - nomeia algum médico dos hospitais que com boa vontade fazem o exame muitas vezes sem a qualificação para tal, tendo em vista que não é sua especialidade. Enfim, há necessidade premente que seja instalada com urgência a 21ª SDP de Laranjeiras do Sul para que com a instalação, por mais precária que seja, é um grande avanço, trazendo muitos benefícios para toda a região e principalmente, tirando do esquecimento toda esta região.

Destaca-se que com a criação da sede da Subdivisão Policial em Laranjeiras do Sul, estaremos devolvendo a esta cidade a marca de sede regional como ela já o é, em muitos outros campos da economia paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 142/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região conhecida como Norte Pio-

neiro, a ser estruturado na cidade de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Para o devido funcionamento da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na cidade de Santo Antonio da Platina, fica estabelecido a competência para organizar e promover toda a estrutura necessária, com a respectiva aquisição de bens e serviços, o Ceasa - Paraná, com sede na Capital do Estado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Prende-se este projeto de lei que cria a Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na cidade de Santo Antonio da Platina, por ser tal região um pólo produtivo de hortifrutigranjeiros, devido a aptidão dos produtores daquela região, considerando que a maioria das propriedades rurais são de pequeno e médio porte, e conseqüentemente direcionam suas produções para a produção de hortifrutigranjeiros.

Salienta-se que o Ceasa mais próximo encontra-se na cidade de Londrina, ou seja, a aproximadamente 180km, o que acaba por onerar significativamente o custo final dos produtos devido o transporte dos mesmos àquele Ceasa.

Por outro lado, há de se analisar ainda logisticamente a posição privilegiada da cidade de Santo Antonio da Platina em relação a outros pólos comerciais no Estado vizinho de São Paulo, o que certamente facilitaria o mercado interestadual.

Finalmente, pelo tamanho da região cabe ainda ressaltar que o mercado envolvendo o Norte Pioneiro como um todo, trata-se de um centro de consumo que merece ser melhor explorado.

Nestes termos, justifica-se a criação da Central de Abastecimento do Paraná na região do Norte Pioneiro, na cidade de Santo Antonio da Platina.

PROJETO DE LEI Nº 143/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Batalhão de Operações Especiais - Bope, com competência em todo o Estado, composto pela Companhia do Choque e seus grupos, com conseqüente aumento de efetivo e demais estruturas.

Art. 2º - Caberá ao Batalhão de Operações Especiais organizar a atuação dos grupos da companhia do Choque, bem como as designações de pessoal que irão compor cada grupo.

Art. 3º - Comporá o Bope, os grupos Coe - Comando de Operações Especiais, a Rone, e o Canil da Polícia Militar.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Cabe salientar que a criminalidade em nosso Estado encontra-se crescendo assustadoramente nos últimos anos, não somente em quantidade de crimes mas principalmente na violência e na especialização dos delitos que acabam acontecendo por falta de inibição adequada, ou seja, a prevenção/repressão não se apresenta de forma a coibir efetivamente o acontecimento ilícito. Desta forma, a política ostensiva preventiva, a qual os criminosos visualizam com maior facilidade, deve estar muito bem preparada para acompanhar a evolução e a especialização com que os criminosos têm desenvolvido suas atividades ilícitas.

A criação de um Batalhão de Operações Especiais - Bope, vem ao encontro desta necessidade emergente de suprimir as atividades ilícitas, pois a Companhia do Choque com seus grupos Rone e Canil, necessitam de um aumento de efetivo policial e de equipamentos que somente poderão advir com a aprovação de uma lei que cria a partir desta Companhia do Choque, um batalhão, a fim de efetivamente aumentar o seu pessoal e com isso atender melhor a população tão carente de segurança pública, e desta forma acompanhar a evolução dos delitos e combatê-los com especialidade, ou seja com operações especiais, vale dizer, grupos de homens especialmente preparados fazendo a segurança pública.

Nestes termos, justifica-se o presente projeto de lei que cria o Batalhão de Operações Especiais - Bope.

PROJETO DE LEI Nº 144/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA:

Fica criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio moradia e transporte para os servidores públicos na ativa que ganhem até 1.500,00.

Art. 1º - Fica criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio-moradia, sempre reajustado de acordo com os índices de inflação, a todos os servidores públicos na ativa integrante dos quadros das instituições policiais acima mencionadas que comprovem pagar aluguel ou financiamento de casa própria no valor de até R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao mês, por um prazo de até 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 2º - Fica criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio-transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos Quadros das Instituições acima mencionadas, no valor em espécie e ao mês, equivalente a 40 (quarenta) passagens de ônibus municipal da região onde esteja lotado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(aa) GERALDO CARTÁRIO
DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa de projeto de lei tem por objetivo reparar uma injustiça há anos enfrentada pelas corporações das Polícias Civil e Militar. No que se refere ao auxílio-moradia, deve-se ressaltar a urgência deste benefício. Não é justo e nem moral e tampouco recomendável que um servidor integrante dos quadros das Polícias Civil e Militar tenha como endereço de sua residência uma favela e/ou um local de invasão, expondo a sua vida e da sua família em risco, além de poder ser corrompido pela promiscuidade que normalmente é produzida por algumas facções.

Quanto ao auxílio-transporte, se faz necessário para evitar que um policial - seja ele Militar ou Civil, fique exposto com sua farda ou colete em ruas ou rodovias solicitando carona de terceiros, subjugando a sua autoridade e colocando em risco sua vida.

Trata-se de fator dignidade, pois um servidor público com a responsabilidade que tem, com a autoridade que tem que impor, considerando ainda a exposição ao perigo diário que tem que se sujeitar no desempenho da atividade policial, deve ser mais valorizado e no mínimo ter condições básicas para locomover-se até seu trabalho, bem como morar com sua família em local digno e seguro.

PROJETO DE LEI Nº 145/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os policiais civis e militares da Secretaria de Estado da Segurança Pública ficam liberados para prestarem serviços de segurança e vigilância privada e de magistério em qualquer nível de formação, sem prejuízo de seus vencimentos, contanto que realizados em horários diversos aos de seus serviços públicos.

Art. 2º - Os servidores que desenvolverem as atividades mencionadas não poderão, em hipótese alguma, utilizar-se da farda, no caso de Policial Militar, e dos armamentos das respectivas corporações.

Art. 3º - A presente lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(aa) GERALDO CARTÁRIO
DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa vem apenas legalizar um estado de fato vigente no nosso Estado.

É público e notório, facilmente detectável pela imprensa, que muitas empresas privadas, utilizam os serviços de policiais civis e militares da ativa para os objetivos da segurança e vigilância privada.

A legislação que ora se apresenta ao Plenário reconhece um estado de fato, passando para um estado de direito, e o direito deve ser sempre e simultaneamente teoria, realidade e vivência. Salienta-se que a lei não pode permanecer alheia nem retardá-la na apresentação de soluções.

Também não é nenhuma aberração jurídica porque no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, em governos anteriores, a legislação em apreciação também foi alvo de discussão e aprovação.

Os policiais não podem ficar à margem da lei, e a presente proposição reconhece essa situação causada pelos baixos salários da classe, tendo em vista que respeita o período de trabalho do serviço público das corporações.

Salienta-se que o ideal seria o aumento salarial, mas não se pode impedir que o policial militar e o policial civil, busque melhorar sua condição de vida e de seus familiares, contanto que seja em horários diversos aos de suas funções públicas, vale dizer, sem prejuízo à administração pública e à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 146/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Borman, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Borman, sediada no município de Guaraniaçu, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com dinamismo e maestria as finalidades para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa, e para isto a interessada cumpre os quesitos que regulamentam a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 147/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Considera-se impactos sócio-ambientais aqueles que causam rupturas nas condições sócio-econômico e cultural dos afetados, o remanejamento e ainda reassentamento das populações que habitam a área a ser inundada, e produtores, prestadores de serviços, comerciantes e consumidores para outras regiões, em consequência da instalação de projetos de barragens.

Art. 2º - Define-se impacto sócio-econômico aquele que interfere direta ou indiretamente nas atividades sociais e econômicas, sendo qualquer atividade de produção e consumo, os bens e serviços, no processo de interação do homem com o ambiente, prioritariamente as atividades vinculadas às fontes de recursos naturais.

Parágrafo Único - A interação homem/ambiente compreende também as organizações sociais, espacial e o ordenamento territorial, sendo:

I - os espaços domésticos, área de moradia, fontes de recursos naturais e de produção;

II - espaços comunitários, templos religiosos, cemitérios, escolas, equipamentos comunitários, entre outros;

III - as relações de parentesco, vizinhança e de trabalho.

Art. 3º - Compete ao órgão licenciador, o Instituto Ambiental do Paraná, o processo de análise dos Estudos de Impactos Ambientais e respectivos Relatórios de Impactos Ambientais e, ainda, o acompanhamento e monitoramento das medidas mitigadoras, compensatória, do planejamento e execução do reassentamento em conjunto com as comunidades afetadas.

Art. 4º - Consideram-se, entre outras, medidas mitigadoras do impacto negativo causado pelo deslocamento da população afetada por barragens, as seguintes ações, devendo constar na Avaliação do Impacto Ambiental:

I - a titulação das posses havidas como legítimas ou regularizáveis na área;

II - a participação da população direta ou indiretamente afetada em todas as etapas de planejamento e execução dos planos, programas e projetos, compreendendo pré-viabilidade, construção, operação e desativação;

III - reassentamento, parte integral do projeto, expresso em um programa essencial de desenvolvimento sócio-econômico comunitário;

IV - a viabilização de projetos de reassentamento deverá conter a previsão de recursos financeiros específicos aos diversos programas e garantir a disponibilidade destes recursos em escala adequada a partir da etapa do projeto básico, tendo inclusive estoques de terras para a implementação de reassentamentos;

V - os trabalhadores rurais, pequenos produtores, proprietários ou não, meeiros, parceiros, arrendatários, entre outros, que residam comprovadamente na área na época do cadastro sócio-econômico, terão tratamento preferencial e prioritário no processo de reassentamento;

VI - as áreas de reassentamento deverão estar localizadas preferencialmente na mesma região, minimizando o impacto sócio-cultural sobre a população deslocada e as comunidades receptoras;

VII - o projeto de reassentamento deve conter as expectativas de vida e da cultura dos reassentados desde a fase de concepção.

VIII - em caso de indenização deve-se priorizar “terra por terra” em vez de “dinheiro por terra”, incluindo nesse conceito a existência de títulos não legais de posse da terra, considerando-se também a terra nua e as benfeitorias existentes;

IX - garantir a participação dos reassentados e das comunidades receptoras no processo de planejamento e manufaturamento, estendendo-se a elas programas de assistência técnica;

X - compensações financeiras que cubram os custos dos bens perdidos;

XI - assistência técnica gratuita antes, durante e pelo menos cinco anos após o reassentamento, e que os técnicos sejam indicados pela organização dos afetados;

XII - participação direta no aproveitamento dos projetos, como royalties e outros;

XIII - manter o lastro de vizinhança e parentesco, ou realizar a distribuição de vizinhança, segundo os interesses da comunidade.

Parágrafo Único - A obra civil da barragem deverá iniciar-se somente após a conclusão do remanejamento completo da população afetada.

Art. 5º - O monitoramento do reassentamento será efetuado pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) em conjunto com os reassentamentos e a concessionária e deverá conter o seguinte procedimento:

I - estabelecer critérios e indicadores, levantar dados, realizar audiência pública, instalar modelo de risco sócio-ambiental;

II - planejamento, definir construção, financiamento, cronograma e detalhes técnicos, integração ao planejamento civil e financeiro da obra, definir supervisão de manejo, seminário técnico, instalar conselho de reassentamento;

III - decisões sobre o planejamento, reuniões, audiência pública, instalar sistema de alerta social, definir inspetores de reassentamento;

IV - auto-controle após dez anos de reassentamento, relatórios anuais de empreendedor, inspeção e supervisão permanente de inspetores de confiança da comunidade;

V - observação permanente e participativa, entrevista formal e não formal, manter um banco de dados;

VI - manter um acompanhamento específico e educativo de reorganização junto às famílias, principalmente as mulheres trabalhadoras;

VII - manter em conjunto com órgãos envolvidos e os reassentamentos, um comitê para avaliar áreas problemáticas, efetivas medidas corretivas e lançar novas propostas para o melhoramento das condições de vida dos reassentados;

VIII - promover um processo de comunicação direta com os reassentados, através de reuniões informativas, entrevistas, relatórios e observações de campo.

Art. 6º - O valor, a forma e os critérios das indenizações e do reassentamento, a compra das terras e a escolha das mesmas, o cronograma, operacionalização das atividades pertinentes serão definidas em deliberação de uma Câmara Técnica Multidisciplinar que será responsável pela elaboração da metodologia de trabalho.

Art. 7º - A Câmara Técnica terá a seguinte composição:

I - cinco representantes dos atingidos;

II - dois representantes do IAP;

III - um representante do Ministério Público ligado ao Meio Ambiente;

IV - dois representantes das prefeituras afetadas;

V - dois representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios afetados;

VI - três representantes da empresa concessionária de energia, sendo um deles coordenador das atividades do grupo;

VII - um deputado representante da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 8º - O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) deverá realizar audiência, Resolução 09/87 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com a colaboração dos atingidos da Usina de Salto Caxias (Crabi) e dos técnicos ligados à Assessoria de Avaliação de Impactos Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), apresentamos este instrumento legal de proteção às pessoas impactadas por obras de barragens.

Em nosso Estado, muitos paranaenses foram e estão sendo obrigados a saírem de seu meio natural e de convi-

vência comunitária em benefício da produção de energia para o Brasil. Esses paranaenses não têm escolha, não decidem sobre a construção da usina, não participam dos processos de remoção, causando forte impacto sobre suas vidas e de seus familiares, sem nenhuma outra compensação.

O deslocamento de populações, quando se constrói uma nova usina é traumático, às vezes até trágico, para aqueles que são compulsoriamente deslocados de uma localidade ou meio em que se adaptou e planejou sua vida e de seus familiares.

Essas pessoas, ao serem obrigadas a saírem, têm os vínculos de vizinhanças, de amizade, de relacionamento com a comunidade local e com os recursos naturais disponíveis interrompidos, causando desolação, revolta contra obra e seus executores. Mas isso ainda é pouco, pois a maior seqüela é o desarranjo de sua atividade econômica, pois em novo local tudo será diferente, a nova adaptação ao meio será demorada e às vezes, impossível.

Há o caso do pescador que vivia dos recursos do Rio Iguaçu. Pescava diariamente o suficiente para vender e comprar mantimentos, utensílios e roupas. Morava às margens do rio numa cabana e assim se sentia muito feliz. Veio a obra e ele foi obrigado a se transferir. GANHOU, no reassentamento, dez alqueires de terra, casa e demais benfeitorias agrícolas. Para quem não tinha nada, aos olhos dos outros, ganhou demais, pois não tinha “nada em seu nome”. Engano. Ele tinha os recursos naturais do rio, se adaptou e dele sobrevivia. GANHOU casa, mas prefere a cabana; ganhou terra, mas não sabe trabalhar nela; não pode mais pescar, caiu em profunda depressão, se nega a tomar banho de chuveiro, não quer mais trabalhar; se nega a viver.

Contudo, temos a experiência dos atingidos da Usina do Salto Caxias, onde o resultado contemplou pelo menos 80 por cento dos atingidos, o impacto sócio-econômico está sendo minimizado externamente, pois lá foi implantado um Grupo Multidisciplinar, aperfeiçoando metodologia e discussões sobre indenizações e reassentamento. Nesse processo participaram os atingidos, os prefeitos, vereadores, o Ministério Público, a Copel e deputados estaduais, foram assessorados por técnicos, resultando num excelente exemplo para o Brasil em termos de mitigação do impacto de obras de barragem. Sobre este exemplo concreto de Caxias, é que preparamos o presente projeto de lei, que nasce experimentado.

Para que o povo paranaense não pague com a desagregação familiar e com a desarticulação de sua atividade econômica, conclamamos pela aprovação desta lei, para que possamos cada vez mais produzir energia para o Brasil, com menor impacto sócio-econômico.

PROJETO DE LEI Nº 148/2003

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR) obrigado a comunicar aos

motoristas cadastrados naquela instituição, do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Art. 2º - A comunicação de que trata o *caput* do artigo 1º, será feita mediante correspondência registrada, emitida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR), contendo as seguintes informações:

- a) data do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- b) prazo máximo para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- c) documentação necessária para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- d) valor da taxa de renovação;
- e) pontuação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), quando houverem infrações de trânsito;
- f) endereço do Detran/Ciretran ou outro órgão credenciado para realizar a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica ainda o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR) obrigado a disponibilizar os dados de que trata o artigo 2º, da presente lei, na Rede Mundial de Computadores (Internet), localizados através da digitação do número do registro da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no site da Instituição.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação,

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem por objetivo principal beneficiar milhares de contribuintes proprietários de veículos ou não, que possuem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Com baixo custo, o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (Detran-PR), poderá melhorar o atendimento a seus usuários comunicando a data do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), além de informar os cidadãos cadastrados junto à instituição, os dados sobre infrações de trânsito, locais de atendimento do Detran, entre outros.

É notório que muitas pessoas perdem o prazo para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) involuntariamente, por se tratar de documento de difícil uso por parte dos que a possuem. Mesmo depois da nova legislação que aprovou o Código Nacional de Trânsito mudando totalmente a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), incluindo na mesma fotografia, número do CIC e do RG, a mesma continua esquecida junto com o licenciamento do veículo, ou simplesmente, dentro de um compartimento qualquer de nossas carteiras ou bolsas.

Visando corrigir este problema é que apresentamos a presente proposta, pedindo aos nobres pares com assento nesta Casa que opinem pela aprovação do mesmo.

O SR.PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Elza Correia, por cinco minutos.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, faço uso neste instante da palavra, para expressar os meus sentimentos de indignação, revolta, tristeza e acima de tudo de preocupação com um estado de coisas que vivemos em nosso país.

Ontem perdemos mais um jovem juiz, Alexandre de Castro Filho, da Vara de Execuções Penais do Espírito Santo, que foi covardemente executado quando chegava em sua casa, na Região Metropolitana de Vitória.

Essas perdas não devem e não podem passar impunemente como se nada tivéssemos com isso. Temos tudo a ver com isso, principalmente porque somos parlamentares, interlocutores da população, devemos estar atentos, cuidadosos e trabalhando na direção de que esforços sejam feitos, leis aprovadas, políticas públicas pensadas, investimentos feitos para que a gente possa trabalhar na direção de minimizar a questão da violência no nosso país.

Esse jovem juiz, de 32 anos, integrava o grupo de repressão do crime organizado no Estado, vinha recebendo ameaças há mais de um ano, e igualmente junto com outro corregedor de execuções penais em Presidente Prudente, São Paulo, Antonio José Machado Dias, tinha uma função muito grande de investigar, reprimir, detectar os focos de violência e de crime organizado em nosso país.

Eu diria que é preciso todos nós repetirmos quotidianamente, embora possa esse assunto que estou falando, não ser do interesse de todos, visivelmente não é, mas deveria sê-lo, deputados todos deveriam junto com esta... obrigado, companheiros.

Esse assunto é de fundamental importância a todos nós, porque seríamos cobrados em nossos municípios, nas nossas regiões, em relação às ações que estamos tomando nesta Casa, o que estamos fazendo para ajudar a diminuir essa questão.

Nós estamos em guerra também, não é só os Estados Unidos contra o Iraque, estamos vendo a Guerra Civil aqui no Brasil, uma guerra em que o crime organizado é um poder substancial, está melhor armado, a teia de poder do crime no país é maior do que podemos imaginar, por quê? Porque o crime e a violência estão diretamente ligados com a questão da corrupção, com a questão da impunidade, com a questão das fraudes, com a licitação do desvio do dinheiro público, diretamente ligado com o descaso com o patrimônio público, e assim sendo enquanto houver corrupção, da forma como esta-

mos vivendo em nosso país em todas as esferas, nós não haveremos de ver um resultado palpável à questão da violência, do crime, lavagem de dinheiro, ligações espúrias, criminosas, desviando dinheiro que deveria ser utilizado na aplicação de políticas públicas e no bem-estar da sociedade.

Por isso entendo que tudo que pudermos fazer nesta Casa e nas nossas ações cotidianas, temos que fazê-lo para diminuir esse problema.

Na sexta-feira, eu gostaria de dizer isso inclusive para os deputados de Londrina, haverá uma reunião no gabinete do governador, com o alto comando da Polícia Militar do Estado, da Polícia Civil do Estado, junto com integrantes da Polícia Militar de Londrina, Polícia Civil de Londrina e outras autoridades da sociedade civil organizada para que juntos possamos discutir uma agenda que será entregue ao governador no dia 04, em Londrina, para enfrentamento da situação.

Eu concluo que esta questão da violência, da impunidade e tudo que está acontecendo não passa mais por discurso e nem por levantamento de diagnóstico. Londrina já tem um plano, um planejamento estratégico, um plano de ação que foi entregue ao governo anterior, foi entregue para o nosso governador Roberto Requião e nós lá da nossa cidade já sabemos exatamente o que precisamos para fazer a reversão desse quadro.

Agora é hora de ações, o governador tem esta disposição, nós temos conversado, freqüentemente, como comando da PM e também da Polícia Civil e juntos haveremos de encontrar uma saída ou minimizar esse problema, porque não resolveremos, evidentemente, o problema da violência nem em 4 nem em 8 anos, mas é preciso, já, medidas severas para podermos trabalhar na direção da minimização da violência.

Concedo o aparte ao companheiro Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Deputada Elza, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento ao mesmo tempo que estamos vivendo momentos de muita dificuldade, não só aqui no Paraná mas em todo o Brasil. Esta violência que tem atacado principalmente as pessoas que trabalham na Segurança Pública e a morte desses dois juízes nos preocupam.

Seu pronunciamento contribui para que possamos sempre estar conscientizando nosso governador para que ele continue trabalhando para que não tenhamos aqui no Paraná esse tipo de episódio também.

Quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e dizer que o importante neste momento é dizer a todas as pessoas que são ligadas aos municípios que se interessem pelos municípios. Ontem mais uma fuga aconteceu na cadeia de Tibagi, onde dois presos fugiram exatamente pela falta da abertura da penitenciária, em Ponta Grossa.

Mais uma vez quero cumprimentá-la e dizer à senhora que o caminho é este. Temos que cobrar e principalmente exigir que o Paraná, com todas as dificuldades

que tem não tenha juízes assassinados, como estamos vendo agora em outros Estados do Brasil.

Meus cumprimentos a V. Exa. por esta preocupação com relação a Segurança Pública, no Paraná.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada, companheiro. Na verdade essa é uma questão que não devemos nos descuidar e manter a nossa pauta diária de preocupação em termos de nosso Estado.

A outra preocupação é para dizer que passamos ao Doutor Luciano Ducci, que ontem fez uma referência quanto à sua preocupação com a questão da dengue, em Londrina, da situação da Saúde. Eu não estava no plenário mas depois fiquei sabendo, acho importante esta preocupação principalmente porque V. Exa. foi secretário municipal, aqui em Curitiba e sabe da seriedade dessa questão. Nós estamos vendo hoje em Londrina não mais uma epidemia mas uma pandemia; já ultrapassou todos os limites possíveis e imagináveis, a questão da dengue.

O governo do Estado está intervindo, nós passamos ao senhor, temos aqui, à disposição para todos os deputados, um elenco de ações que o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde está realizando em Londrina. Eu diria que é uma ação maciça, V. Exa. recebeu aí junto com a 17ª Regional de Saúde fazendo a descentralização dos exames de sorologia. Eram feitos 30 por mês, aqui em Curitiba, agora são 230, quase 300 por mês, com equipamento, com treinamento de médicos, com carros, com gasolina, com venenos, com técnicos que estão sendo colocados à disposição de Londrina numa grande ação, num grande investimento do Governo do Estado junto com a Secretaria da Saúde para tentar contribuir com a questão da pandemia, que estamos vivendo em Londrina.

Mas é preciso que se diga, que isso não está acontecendo por acaso, houve um descaso e um descuido extraordinariamente importante do governo anterior em relação a essa questão não só em Londrina mas em todo o Estado do Paraná. Se houvesse um trabalho de ação preventiva sistemática e permanente, e não publicidade como havia muitas vezes com campanhas virtuais curtas, rápidas. Mas também quando discutimos o caos em que está mergulhado o Estado do Paraná em relação à saúde, em relação à habitação, em relação a todas as questões, aos indicadores da qualidade de vida, não podemos reputar essa responsabilidade aos prefeitos que acabam de assumir e nem ao governador que acabou de assumir. Mas também não esquecer a falta de compromisso do governo anterior em relação a essas questões que estabeleceu uma situação de caos no Estado, de empobrecimento. E agora não teremos que ficar chorando as pitangas, mas reverter com muito trabalho.

Mas também não fazer de conta que está acontecendo por culpa do governador que acabou de assumir e por culpa dos prefeitos que igualmente acabaram de assumir. A história é bem outra.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de prosseguir a Sessão em nome da nossa querida deputada Cida Borghetti, que é nossa 2ª secretária aqui na Mesa, registrar a presença do 1º suplente a deputado estadual do PPB de Maringá, o Sr. Luiz Michimori. Gostaríamos de agradecer a sua presença e em nome da Casa recebê-lo com toda alegria.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Elton.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente e senhores deputados. venho a esta tribuna para prestar contas a esta Casa, pois estive representando esta Casa de Leis num seminário sobre os transgênicos na Capital da República, a semana passada.

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, profissionais da imprensa, assessores parlamentares, funcionários desta Casa, cidadãos paranaenses.

É a terceira vez que utilizo esta tribuna. Nesta oportunidade trago para o conhecimento de todos as principais decisões do seminário “A Ameaça dos Transgênicos: Propostas da Sociedade Civil” realizado em Brasília, na semana passada, entre os dias 18 e 20 de março. Tive a satisfação de participar do evento, representando os parlamentares do Paraná. Na audiência pública que finalizou o seminário, foram apresentados estudos com dados que acredito ser importante para o conhecimento geral, dentre eles:

1) o Brasil (segundo maior produtor mundial de soja) possui um custo de produção inferior ao custo da soja americana;

2) a produtividade média da soja brasileira é superior a dos Estados Unidos e isso tem contribuído para a melhor competitividade de nosso produto quando comparado ao americano.

3) o Brasil, em que pese a ilegalidade cometida por parte de produtores gaúchos, ainda é considerado um país livre de produtos transgênicos;

4) tal fato tem contribuído para o aumento de nossas exportações do complexo soja (grãos, óleo, farelo), substituindo a soja americana, exemplo disso foi o que ocorreu no dia 10 de março, a FSP informou que os chineses cancelaram cinco navios de soja americana e substituíram pelo produto brasileiro;

5) enquanto a produção americana, de 1997 para 2002, ficou estagnada em 73,2 milhões de toneladas, a produção brasileira saltou cerca de 58%, saindo de 26,4 para 41,9 milhões de toneladas, no mesmo período;

6) em termos de valores, as exportações brasileiras de soja grãos cresceram 17,5% ao ano, no período de 1996 a 2001, enquanto as americanas declinaram 5,1%, ao ano, no mesmo período;

7) em termos de volume a exportação de soja brasileira cresceu 27,5% ao ano, de 1996 a 2001, enquanto que a quantidade exportada de soja pelos EUA cresceu somente 1,8% ao ano, no mesmo período;

8) destaque-se ainda, que a qualidade das rações fornecidas a nossos rebanhos animais têm contribuído para os constantes recordes de exportações das carnes, os principais países importadores mostram preferência por animais alimentados com rações de farelo de soja não transgênica.

Esses fatos, certamente chamam a atenção de todos nós, porém o que se deve destacar é que o que está em jogo é a soberania de nosso País em decidir o que é bom para sua economia antes mesmo da comprovação científica dos efeitos dos produtos transgênicos sobre o meio ambiente e a saúde pública, o lobby de uma indústria multinacional tenta “vender a idéia” de que sem transgênicos o País não terá condições de concorrer no mercado agrícola mundial.

Ora, não se pode dar ouvidos a quem pretende dominar uma área e que o Brasil vai “muito bem obrigado”, sem depender de transgênicos.

Os números de nossas exportações estão aí para atestar sobre a ampliação da produção e da conquista do mercado exterior do complexo soja brasileiro.

Já a soja americana está com problemas crescentes para se manter no mercado, dados do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), apontam para uma depreciação de seu valor.

Ora, então alguém poderia perguntar por que razão há toda esta discussão pró-transgênico em nosso País?

- Não consigo achar explicação plausível para que brasileiros apóiem essas empresas multinacionais, uma vez que além de ficarem contra os interesses das empresas brasileiras, que estão conquistando de forma crescente novos mercados, estarão contribuindo para a geração de um problema social sem precedente em nossa história recente;

- afinal, problemas futuros em nossas exportações de carnes ou do complexo soja, com menor demanda do exterior, significará menor produção, que significa menos empregos, menos renda, ou seja, mais dificuldades para os produtores rurais e suas famílias.

Mas, e quais seriam os prováveis motivos?

Justificativa do tipo: os transgênicos possuem menor custo de produção ou poluem menos o ambiente ou, pasmem, que possuem mais produtividade; são facilmente desmentidas em estudos de universidades brasileiras e até mesmo americanas.

É preciso deixar claro e alertar a todos, que um dos motivos mais significativos para este lobby é que, tendo êxito, o domínio da base da vida vegetal, a semente, significará recebimento de royalties eternos das empresas multinacionais, oligopólicas, que são detentoras da maioria das patentes de sementes transgênicas, no mundo.

De quebra, retirará o diferencial comparativo, hoje existente, para o complexo soja brasileiro, colocando-nos em igual nível do produto americano e argentino. Deixando assim os países importadores sem opção de compra da soja tradicional, fato que irá ajudar, em muito, a recuperação das vendas do produto americano.

Vejam senhoras e senhores deputados, caso o lobby transgênico aqui no Brasil tenha sucesso, significará sim, aumento para as exportações, mas da soja americana com prejuízos aos nossos produtores rurais, às nossas empresas, ao nosso país.

Outro ponto de todo seminário, que julgo importante ressaltar é o relato de um grande produtor americano, Sr. Rodney Nelson, de Dakota do Norte, que cultivava 3.900 hectares de soja, ele contou que foi processado, em 1999, pela empresa Monsanto por terem sido encontradas 3% de sementes transgênicas residuais em sua área de plantio. Entretanto, ele diz que não havia plantado soja transgênica.

Este fato foi explicado pela fecundação cruzada provocada por abelhas, por exemplo. E também pela rebrota de soja transgênica colhida em, ano anterior, perdida por ocasião da colheita.

Após uma briga judicial de mais de 18 meses, onde a Monsanto tentava cobrar seus supostos direitos, os advogados da empresa, na eminência de perderem a ação, propuseram uma trégua e interromperam o processo.

Segundo o Sr. Nelson "...O problema é que a maioria dos produtores prefere pagar a taxa de extorção, a enfrentar a Monsanto nos tribunais". Este fato serve como lição para todos e é mais um alerta sobre o que tem por de trás dos transgênicos.

O Sr. Nelson também afirmou no seminário, que os produtores americanos não retornam ao plantio de soja tradicional por falta destas sementes no mercado e devido aos subsídios da produção e comercialização que levam os produtores não se preocuparem com o mercado.

Diante de tudo isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, encaminharei, nas próximas horas, à Presidência desta Casa um relatório completo de nossa participação neste seminário, anexo a documentos que foram gerados no evento que contou com a participação de mais de 80 (oitenta) entidades representativas dos diversos segmentos envolvidos. Desde a área da pesquisa, assistência técnica, extensão rural, associações, sindicatos e cooperativas de produtores; a entidades de defesa do consumidor, associações de donas de casa, setores da saúde e do meio ambiente.

Contudo, é preciso deixar claro e ratificar, por fim que, no momento, além do combate à fome, a maior guerra do Brasil é essa contra os produtos transgênicos, que em nada contribuem para o nosso desenvolvimento, ao contrário, eles servirão para aumentar a nossa dependência tecnológica e econômica, em benefício de poucas empresas interessadas."

Obrigado pela atenção.

Portanto, esse seminário apontou a saída possível por essa temática que são os transgênicos. Eu, enquanto produtor, tenho convicção absoluta que a nossa soja tem competitividade internacional, o nosso custo de produção dá para competir no mercado. Nós não precisamos da soja transgênica, com a ilusão de lucro fácil.

É o que ocorreu nos Estados Unidos e os produtores de lá, estão sem alternativas. Aqui no país, nós estamos aumentando o mercado da soja, estamos expandindo o setor do agronegócio a nível internacional.

Portanto, é salutar que esta Casa discuta com muita profundidade esse tema delegado ao agronegócio, que é muito importante que é a soja brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Ocupo este espaço para manifestar-me a respeito de duas situações, a princípio antagônicas, que devem merecer uma apreciação mais apurada desta Casa, por serem de interesse público de alta relevância.

De um lado, temos a reformulação da sistemática de tributação das micro e pequenas empresas, com a inovação da isenção e da progressividade nas faixas de enquadramento e que merecem os aplausos não só do empresariado, como de toda comunidade paranaense, em função do longo alcance social que a medida poderá acarretar, desde que, obviamente, a operacionalização do sistema ocorra de forma simplificada e os resultados sejam efetivamente auferidos e divulgados periodicamente, com a transparência necessária.

Por outro lado, preocupa-me sobremaneira o formato da propaganda escolhida para divulgar as medidas acima referidas.

Prefiro entender que trata-se apenas de um equívoco, talvez um mau gosto e não outras intenções contidas no material mencionado.

Concretamente, apenas para posicionar V. Exas., um indivíduo com cara de malandro adentra um estabelecimento comercial, vestido com uma camiseta estampando no peito a sigla ICMS e, ato contínuo, ao ver um consumidor entregar algum dinheiro para o comerciante, apodera-se de parte do numerário e retira-se com um olhar irônico. Ao fundo uma voz fazendo uma narrativa, tenta explicar que agora haverá um alívio na carga tributária e o famigerado imposto não será mais obstáculo para o comerciante.

Nada mais falso, senhoras e senhores.

Um dos pressupostos mais básico para a erradicação do cancro da sonegação fiscal reside na completa conscientização dos cidadãos acerca da verdadeira função social do tributo e da sua importância para que o Estado possa cumprir sua finalidade. Este deveria ser o mote da campanha e não a personalização do imposto, em um indivíduo espertalhão, sem escrúpulos, oportunista, como faz crer a propaganda citada.

Neste ponto, cabe demonstrar os esforços que já foram dispendidos através do Programa Nacional de Modernização das Secretarias de Estado da Fazenda, na

ordem de aproximadamente R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) aplicados no denominado Programa de Educação Fiscal, por meio de treinamentos e, especificamente no Paraná, os produtos “Vendinha do Fisco”, a cartilha desenvolvida pelo Ziraldo - “Que nem Gente Grande” e dois jogos pedagógicos. Estes recursos, senhoras e senhores, foram obtidos a fundo perdido do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com contrapartida do Estado.

Com abrangência nacional, o Programa de Educação Fiscal, desenvolve conteúdos e práticas sobre direitos e deveres recíprocos na relação do Estado - cidadão. Todos passam a ter um melhor entendimento do funcionamento da administração pública em seus três níveis de governo, da função sócio-econômica dos tributos, da aplicação dos recursos públicos, das estratégias e dos meios para o exercício do controle social. Acreditamos que a disseminação destes fundamentos ajudará a construir e manter um relacionamento harmonioso entre o Estado e o cidadão.

Repito, senhoras e senhores, devemos sempre realçar a importância do tributo, esclarecendo que sem ele não haverá escolas, hospitais ou delegacias de polícia, e não - com o perdão da expressão - esculhambar todo esse programa de conscientização que vinha sendo desenvolvido e que tenho certeza que este governo também dará sequência, porque através dessa conscientização, nobres pares, nós podemos ter certeza que lá no fundo, no desenvolvimento do conhecimento, na desmistificação da imposição tributária e mostrando a verdadeira face do tributo com o objetivo único de fortalecer as relações entre o Estado e o cidadão todos temos a ganhar, principalmente, nós representantes do povo e o governo do Estado que tem uma série de compromissos para com a população e sem imposto não haverá como ele honrar.

Aproveito os minutos que faltam para também enaltecer um segundo assunto, que se trata da Reforma Tributária.

Senhoras e senhores, temos visto na mídia que um dos assuntos que tem relevância no Congresso Nacional e com certeza, será levado a termo brevemente, é a Reforma Tributária e o Estado do Paraná não pode ficar à mercê desses entendimentos, principalmente, porque um dos motivos que faltam à questão da Reforma Tributária é a incidência do ICMS, se na origem ou no destino e nós podemos ter muitos interesses, porque somos um Estado produtivo em jogo.

Nesse sentido, faço um apelo para que esta Casa, através da Presidência, das Secretarias, organize um amplo debate com a sociedade, com o Instituto de Desenvolvimento Tributário do Paraná, com os parlamentares, com advogados, com o Poder Executivo, para que possamos, através de uma comissão específica, acompanhar todo esse trâmite da Reforma Tributária que, com certeza, acredito que ainda este ano será levado a termo no Congresso Nacional.

Agradeço a compreensão de V. Exa. me permitindo o espaço da liderança para que eu pudesse expor esses dois assuntos, principalmente, na questão dessa propaganda que acredito que tenha sido equivocada.

Faço um apelo ao líder do governo que leve esse meu pronunciamento à assessoria de imprensa do governo do Estado para que possa se tomar alguma medida no sentido de suspender ou então modificar a veiculação dessa propaganda.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado André Vargas, presidente do PT.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Faço uso da palavra, no sentido de elogiar, novamente, a postura do governador Requião, que nos antecipou que vai, logo no início do mês, liberar um recurso que é o recurso do Banco Mundial, recurso do atual Paranacidade nesse novo programa, nessa nova diretriz. Recurso esse que fôra comprometido no passado pela administração passada, mas que na prática nunca chegou.

No governo anterior, a vice-governadora foi à Londrina. Londrina que passou por muitos percalços. Londrina que foi assaltada num triste episódio, dos desvios absurdos da administração Belinati, mas que ainda assim guardava a esperança de tendo na vice-governadoria alguém da cidade, que pudéssemos, deputado Barbosa Neto, ter a atenção que a cidade merece e tem direito. Mas isso não aconteceu. A cidade que foi equacionada pela atual administração do ponto de vista financeiro, pagando dívidas absurdas do passado onde o prefeito Nedson, com austeridade colocou as contas do município em dia, habilitou portanto a cidade a ir em busca dos recursos do Paranaurbano ou do Paranacidade. Fez um sacrifício enorme e tendo habilitação e autorização do Senado, sendo expedida, teve o compromisso do governo passado de liberar recursos para o asfaltamento de diversos bairros. Só promessas!

E agora, o governo Requião, ele próprio deve ir à nossa cidade, na próxima semana, para assinar as ordens de serviço, obras já licitadas, compromisso feito mas que vai ser honrado neste momento.

Por isso, deputado Barbosa, é preciso fazer elogios quando a coisa de fato acontece. E isso está acontecendo exatamente, porque após a moratória necessária ao aditamento de alguns contratos e a adequação de outros tantos está acontecendo por conta de um compromisso assumido pelo atual governo com o interior do Estado.

Interior do Estado abandonado! Interior do Estado jogado às traças! Rodovias estaduais, do interior, sucateadas! Pedágios instalados e agora, com o compromisso que temos, de pela CPI chegarmos a um preço justo, mas

que ao mesmo tempo levou as estradas estaduais ao abandono absoluto.

É preciso, portanto, que os recursos do IPVA, os recursos do orçamento, possam ser destinados a essas rodovias.

E tenho certeza, que aquele compromisso assumido será honrado e está sendo honrado.

A cidade de Londrina agradece ao governo Requião por esse compromisso e receberá o governador de braços abertos para que esses recursos possam ser liberados e outros tantos que a cidade precisa e tem direito.

E não é só Londrina. É o interior todo do Estado.

Portanto, senhor presidente, esta Casa há de demonstrar gratidão ao governador por ações dessa ordem. Gratidão esta que também levo até o chefe da 17ª Regional, ex-prefeito de Cambé, e o Durval Amaral conhece bem, Gilberto Martins que lá faz um grande trabalho em parceria com o nosso secretário da Saúde.

Tem sido parceiro da Secretaria da Saúde.

É assim que se faz. Não é a luta política que vamos adequar os problemas sociais e de saúde, educação, que temos no país e temos nos nossos municípios. Mas, com a parceria política estabelecida a partir da eleição do Lula - presidente; Requião - governador e em municípios que estão sendo bem administrados e adequados economicamente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos ao Horário do Grande Expediente e, conforme o requerimento do deputado Marcos Isfer, do PPS, que requereu o Grande Expediente da Sessão Ordinária de hoje, em comemoração aos oitenta e um anos do Partido Comunista no Brasil.

Farão uso da palavra o Sr. Luiz Carlos Rocha, Ricardo Gomyde e o deputado requerente, deputado Marcos Isfer.

Com a palavra o deputado Marcos Isfer. O tempo será de trinta minutos, tempo Regimental do Grande Expediente.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados.

Ao requerermos o Horário do Grande Expediente de hoje para a comemoração dos oitenta e um anos de existência do Partido Comunista Brasileiro, tomamos o cuidado de fazermos um convite aos outros partidos que acabaram subdividindo-se do antigo Partido Comunista. Temos aí o Partido Comunista do Brasil, com a figura do nosso companheiro Ricardo Gomyde, que irá falar em seu nome; temos o PPS o nosso companheiro Rochinha, que irá falar em nome do PPS, um membro histórico do Partido; e temos também um convite ao companheiro Dante Previd, do PCB, para que aqui estivesse presente também e falasse em nome daquele partido.

Por que fizemos dessa forma?

Por entendermos, de uma forma muito democrática, que é hora de começarmos a nos unir em momento de luta e, principalmente, em momentos políticos de afirmação dentro do Brasil, dentro do nosso Estado do Paraná. Temos agido em conjunto em diversas ações da política paranaense e da política brasileira e nada mais justo que estejamos, neste momento, comemorando juntos a passagem desses oitenta e um anos. Afinal de contas, são muito poucos os anos de legalidade desse Partido, foram muito poucos anos em que foi possível uma ação como essa ser realizada dentro da Assembléia Legislativa do Paraná ou em qualquer Parlamento do Brasil.

Então, para nós é uma data muito significativa, é uma data muito importante, porque não podemos nos esquecer desde os intelectuais como Astrogildo Pereira - um dos fundadores do PCB - como Caio Prado Júnior, como Graciliano Ramos que ousaram fazer esse trabalho dessa ligação das massas com a dinâmica social política; com até o momento do 10º Congresso do Partido Comunista, onde nasce o PPS e passa, a partir de 1992, ter uma nova existência.

O nosso papel, como agente transformador da sociedade, nós temos certeza que está sendo feito. E queremos através dos nossos representantes populares, apresentar propostas alternativas, que é uma característica do PPS: ser um Partido propositivo.

Por isso quero, neste momento, chamar para fazer uso da palavra os nossos companheiros Luiz Carlos Rocha, nosso companheiro Ricardo Gomyde, para que falem em nome do PPS e do Partido Comunista do Brasil, Luiz Carlos Rocha, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS ROCHA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero primeiro agradecer a oportunidade que esta Casa nos dá para registrarmos esse momento importante na vida brasileira, que é o aniversário do Partido Comunista Brasileiro, da história do Partido Comunista. E com isso saudar especialmente, além de todos os deputados, os deputados da Bancada do meu PPS, o deputado Leite, deputada Arlete e deputado Marcos Isfer.

Quero registrar que o poeta já dizia que: "quem, quiser contar a história deste País, vai ter que falar do Partido Comunista ou então estará mentindo". Na verdade, o que o poeta quer dizer é que não há, a partir do momento da fundação do Partido em 1922, momento político na história deste País que não tenha tido a efetiva participação, a importante participação do Partido Comunista.

Foi assim em todos os momentos e em todos os setores da cultura, da ciência, da política e dos movimentos sociais que este País teve dos mais importantes.

Da semana da Arte Moderna até os processos que envolveram a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, nos momentos em que o Brasil foi naufragado em um processo de golpe de Estado e de ausência de supressão de Democracia, que perdurou de 1964 a 1980, isso

em 1980, a participação do Partido Comunista foi absolutamente imprescindível para que nós pudéssemos reconquistar a Democracia no Brasil, desde a construção da Frente Democrática, que depois veio se conformar no MDB, onde o PCB particularmente habitou durante muitos anos, até 1995, quando foi finalmente legalizado. Eu aqui vejo vários deputados com os quais eu tive o prazer de privar a companhia no MDB e no PMDB. De outras formas os companheiros do PC do B, herdeiro histórico, digamos, do leito histórico do Partido Comunista Brasileiro que começou em 1922.

Esse era o registro que a partir do PPS que é o Partido que se transformou para apresentar à sociedade brasileira uma nova alternativa, como apresentou o deputado Marcos Isfer, registramos então, que fazemos parte desse esforço, mudamos o nome do nosso partido, mas a intenção, a luta, a proposta continuam postos na mesa. Se a experiência que foi feita não deu certo, nós temos que nos debruçar e trabalhar em torno de outras experiências, é o que estamos fazendo e temos atingido plenamente os nossos objetivos até agora, que é buscar um Brasil mais justo, mais solidário, mais humano, um Brasil que possa assistir plenamente a todos os cidadãos brasileiros na sua plenitude.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra ao senhor Ricardo Gomyde.

O SR. RICARDO GOMYDE

Boa tarde a todos.

Boa tarde senhor presidente, parlamentares.

Senhor presidente, quero dizer que é uma honra nesta Sessão Solene poder homenagear os 81 anos de vida política dos Partidos Comunistas. Não é pouca coisa em um País onde a trajetória dos partidos políticos se espelha na maioria das vezes nos acordos e nos conchavos que um partido político complete 81 anos de atividade política norteado por ideais que, combatidos os apoiados, são por todos reconhecidos como elevados. Os militantes do Partido Comunista sempre nortearam por essas idéias, nunca houve nesses oitenta e um anos de história nenhum militante dos nossos partidos que tivesse manchado a reputação dos demais com envolvimento em processos ilícitos, em corrupções. Então, esse é um patrimônio muito forte que nós, militantes mais jovens dessas agremiações, procuramos com muita responsabilidade mantê-los sempre presentes.

Gostaria de dizer que nessa história vários foram os militantes que construíram o Partido Comunista no Paraná, e eu não poderia deixar de citar aqui o Manoel Jacinto, grande lutador e um grande construtor da história do Partido Comunista neste Estado, que é o pai da nobre deputada Elza Correia, um grande lutador que muito inspira as novas gerações para não se desviarem da trajetória de manutenção dos seus valores mais elevados.

Quero dizer aos parlamentares que há evidentemente uma nova realidade mundial, os Partidos Comunistas compreenderam essa nova realidade, ninguém mais se prende a dogmas do passado ou a coisas acontecidas em 1917, ou em outros tempos. Mas é importante que essa percepção arejada dos Partidos Comunistas nesse novo momento contribua para o avanço da Democracia no Brasil.

O PC do B participou de todas as batalhas políticas ocorridas no Brasil com participação popular de 1922 para cá em março de 1923 este Partido foi fundado sob a luz da Revolução Russa de 17 e embalado pela Revolução dos 18 do Forte de Copacabana e também pela Semana de Arte Moderna, eventos que aconteceram nesse mesmo ano de 1922 e de lá para cá todos os eventos populares do Brasil contaram com a participação do PC do B que em vários momentos, presidente, foi colocado inclusive na ilegalidade mas que nem por isso se recusou a participar dos movimentos políticos no nosso País.

Em 1945, o Partido Comunista elegeu uma grande bancada de deputados federais constituintes da lavra de Mariguela, de João Amazonas, de Jorge Amado, elegeu também o Senador da República, o senador Luiz Carlos Prestes e logo depois pela contribuição progressista que dava à Constituição foram colocados todos na ilegalidade, vários perseguidos, vários torturados, esse mesmo movimento aconteceu após o golpe militar de 1968.

Então, ao cumprimentar o deputado Marcos Isfer, que homenageia essa trajetória de luta, ao cumprimentar o conjunto dos parlamentares que nesta Sessão Solene homenageia os 80 anos de trajetória do Partido Comunista, eu quero deixar esta mensagem de esperança de que a gente possa construir um mundo mais justo, um mundo que contemple o conjunto das nossas sociedades. Uma proposta absolutamente diferente dessa anexação americana que combate com bombas e com ódio os povos do mundo que não se adequam ao seu modelo cultural.

Parabéns, deputado Marcos Isfer, parabéns, Assembléia Legislativa por prestar esta justa homenagem à história de luta dos Partidos Comunistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós agradecemos a participação do deputado Ricardo Gomyde que foi deputado federal até poucos dias atrás, presidente hoje da Paraná Esporte. É uma alegria recebê-los aqui, do Luiz Carlos Rocha e dos nossos deputados aqui do PPS que representam o PPS aqui na Casa, o deputado Marcos Isfer, a deputada Arlete e o deputado Valdir Leite. E também, em nome da Assembléia Legislativa queremos nos congratular com o passado de luta, o passado realmente de tradição em defesa dos interesses da soberania nacional dos Partidos Comunistas do Brasil que faz aniversário neste ano completando 80.

Horário das Lideranças.

(Todas as Lideranças declinaram)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Delegado Bradock, constantes dos expedientes. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 449, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 07, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Queria registrar a presença, neste plenário, do líder dos caminhoneiros do Paraná, Neori Tigrão, de Ponta Grossa, que está na tribuna de honra desta Casa, ele que contribui muito com os caminhoneiros do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Mesa se soma com V. Exa., deputado Jocelito Canto, para dar as boas-vindas ao nosso conterrâneo do Sudoeste, o Tigrão, que está visitando a nossa Sessão de hoje à tarde.

Atenção, senhores deputados, para a leitura dos projetos, cujos vetos foram apostos e que serão levados à votação nesta Sessão.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina a padronização da oferta de merenda escolar no Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 053/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 459/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 156/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a merenda escolar será oferecida a todos os estabelecimentos, nos níveis de ensino que especifica, inclusive em período noturno.

Não foi possível acolher o projeto de lei em referência, porque o Governo Federal prevendo fornecimento de merenda escolar tão somente ao ensino fundamental, caberia ao Tesouro do Estado, caso a medida fosse acolhida, arcar com os recursos adicionais, de mais de dezessete milhões de reais, conforme dados levantados pela Secretaria de Estado da Educação. Como no orçamento estadual não há previsão de tais recursos, a medida implicaria em desobediência à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 156/2001, encontra-se publicado no DA nº 050/2001, de 03/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 041/200

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina a padronização da oferta de merenda escolar no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado César Seleme, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM**

CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 057/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 436/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 547/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo acrescentar alínea ao inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, no sentido de reduzir alíquota do ICMS, conforme especifica.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre do resultado de análise feita pela Secretaria de Estado da Fazenda, adiante transcrita, de cujos termos faço as razões fundamentais, do veto ora apostado.

“Impõe-se o veto ao citado projeto de lei pois, em seu artigo 1º, ao reduzir a carga tributária do ICMS nas operações com areia e saibro para construção civil, de 17% para 7%, está contrariando o contido no artigo 155, parágrafo 2º, inciso VI, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Portanto, uma vez que nas operações interestaduais a alíquota aplicável é equivalente a 12%, nos termos do artigo 1º da Resolução do Senado Federal 22/89, editada de conformidade com o artigo 155, parágrafo 2º, inciso IV, da Constituição Federal, não pode o Estado fixar, sem autorização em convênio celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, alíquota inferior à equivalente ao percentual de 12%.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 547/2001, encontra-se publicado no DA nº 191/2001, de 10/12/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 045/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 048/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 199/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 134/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 376/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 199/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 199/2001, encontra-se publicado no DA nº 064/2001, de 21/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 048/200

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 199/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição nº 072/2002 - Veto aposto ao Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a destinar aos municípios-sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do contrato e/ou protocolo de intenções celebrados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiadas. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG/Nº 189/2002.

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 091/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 157/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Governo do Estado fica autorizado a destinar aos municípios-sedes de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para sua instalação no Estado do Paraná, 50% (cinquenta por cento) de multas e indenizações pagas pela quebra do Contrato e Protocolo de Intenções firmados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiárias.

O veto ora aposto ao projeto de lei em referência decorre de parecer da Secretaria de Estado da Fazenda que, considerando a medida eivada de contrariedade ao interesse público, assevera, entre outros aspectos, que a “questão tratada versa sobre receita incerta e eventual, essencialmente estadual, e a sua pretensão poderá levar as administrações municipais a se abstraírem de, elas, quando das negociações protocolares com empresas interessadas em se localizar nos respectivos municípios, assumirem, na oportunidade, o ônus da negociação de se incluir multa ou indenização contratual no documento de negociação, para se prevenir dos prejuízos de eventual insucesso do empreendimento”. Ainda, no entendimento da Sefa, o projeto de lei ora vetado apresenta características de inconstitucionalidade porque, ao estabelecer forma de aplicação de receita municipal, no caso a que decorrerá da pretendida medida, haveria ofensa ao artigo 30, I, da Magna Carta da Nação (competência dos municípios).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 157/2001, encontra-se publicado no DA nº 050/2001, de 03/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 072/2002

P A R E C E R :

A proposição em análise é referente ao veto aposto pelo senhor governador do Estado ao Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do nobre senhor deputado Algaci Tulio, que objetiva autorizar o Poder Executivo a destinar aos municípios-sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para sua instalação no Estado do Paraná, 50% (cinquenta por cento) de multas e indenizações pagas pela quebra do Contrato e Protocolo de Intenções firmados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiadas.

Procedida a análise da negativa governamental, constatamos que o veto fôra aposto dentro dos prazos constitucionais, estando a proposição em condições de merecer a análise, o estudo e a deliberação do soberano Plenário desta Casa de Leis.

Em sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se pela apreciação do veto em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 092/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, instituir o atendimento médico homeopático em toda a Rede Pública de Saúde do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 294/2002.

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 151/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 532/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre atendimento médico homeopático, em toda rede pública de saúde no Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre das razões, por mim acolhidas, contidas no adiante transcrito Ofício nº 930/2002, do titular da Secretaria de Estado da Saúde:

“Em atenção à solicitação de parecer sobre o Projeto de Lei nº 532/2001, informo que no Sistema Único de Saúde a rede de atendimento básico é atribuição dos municípios, financiada através do Piso de Atenção Básica - PAB. Dentro deste princípio, o município é que contrata profissionais, estabelecendo o tipo de atendimento, bem como o elenco de medicamentos que serão disponibilizados aos munícipes.

Nesta perspectiva, entendo que a instituição de atendimento homeopático através de Lei Estadual colide com o processo de descentralização das ações preconizadas através da Lei 8080.

Entendo que a articulação para inclusão da homeopatia na rede básica deverá ocorrer a nível local.

Diante do exposto, propugno o veto ao projeto de lei em tela.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 532/2001, contra-se publicado no DA nº 149/2001, de 17/10/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 092/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 107/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus, da rede pública estadual de ensino, a matéria de orçamento

público. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 315/2002

Curitiba, 25 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 137/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 513/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista parecer da Secretaria de Estado da Educação dizendo não caber tal medida, como disciplina curricular, face dispositivos da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 513/2001, encontra-se publicado no DA nº 056/2002, de 08.05.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 107/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que visa incluir no conteúdo programático das Escolas de 1º e 2º graus, da rede Pública Estadual de Ensino, a matéria de Orçamento Público.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 131/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 514/2002

Curitiba, 08 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 337/2002, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 109/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os dados estatísticos de acidente de trânsito, cuja morte não se registrar no local, conterão pesquisa de informações promovidas pelas Ciretrans junto a instituições hospitalares e Instituto Médico Legal, dentro da circunscrição daquele órgão de trânsito, até noventa (90) dias após o registro da ocorrência.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamentos expendidos pelos setores competentes da Administração terem considerado a medida contrária ao interesse público porque, pela forma como está posta, caso acolhida, não teria condições de perfeita exequibilidade.

Oferecendo maior detalhamento quanto a impossibilidade de adoção da pretendida norma, são anexadas cópias autênticas de parecer da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 109/2000, encontra-se publicado no DA nº 033/2000, de 11.04.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 131/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Os vetos apostos pelo governador, nesses projetos, na sua integralidade são vetos que estão amparados pela Constituição, seja a Constituição do Estado do Paraná ou

pela Constituição Federal, mesmo porque alguns desses projetos são apenas autorizatórios.

Várias das questões de mérito, que estão sendo discutidas em alguns projetos são atribuições de legislação federal e também do Estado do Paraná. A recomendação é pela manutenção dos vetos.

Tivemos alguma solicitação, sobretudo de alguns deputados que estão aqui, com seus vetos apostos, mas já entenderam.

Neste sentido, a gente está encaminhando pela expressão Sim aos vetos, pela manutenção dos vetos, porque são flagrantemente inconstitucionais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos para a votação.

Antes de o 1º secretário proceder à chamada, apenas registrar aos deputados que a manutenção dos vetos é registrada pelo voto Sim, enquanto que a rejeição dos vetos e manutenção do projeto, é registrada pelo voto Não.

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal, para a votação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

(Procede à chamada nominal)

Senhor presidente, 44 deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

44 deputados votaram.

Convido os deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes e Antonio Anibelli, para fazerem a contagem dos votos.

Oito votos NÃO; 36, SIM.

Portanto, estão mantidos os vetos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 429 de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 430, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 432, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 439 a 441, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 442, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 443 e 444, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 445, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 446, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 447, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 448 e 450, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 451, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 059 e 060/2001, 043, 066, 068, 091 e 096/2002.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2003

Apelo para que os senhores deputados estejam presentes na Sessão de amanhã.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente e senhores deputados, quero convidar a todos para, amanhã às 8 horas da manhã, estaremos na Companhia Paranaense de Energia Elétrica onde estaremos recebendo uma série de documentos para uso da CPI, bem como questionando os atuais diretores e membros do conselho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Registrado.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dos mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Chico Noroeste, Doutor Luciano, Marcos Isfer, Nelson Justus, José Maria Ferreira e mais os senhores deputados Ailton Araújo, Elza Correia, Pastor Edson Praczyk e Vanderley Iensen. Havendo número legal, o

senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 16/2003, de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 19/2003, de autoria do senhor deputado Delegado Bradock. O senhor deputado Marcos Isfer, relator da matéria, Requer DILIGÊNCIA junto ao Comando Geral da Polícia Militar, à Delegacia Geral da Polícia Civil e ao 5º Comando das Forças Armadas do Brasil - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei nº 10/2003, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. O senhor deputado Nelson Justus, solicita VISTAS - Concedida pelo senhor presidente; 04) Projeto de Lei nº 08/2003, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário. O senhor deputado José Maria Ferreira, solicita VISTAS - Concedida pelo senhor presidente; 05) Projeto de Lei nº 17/2003, de autoria do senhor deputado Tadeu Veneri. O senhor deputado Delegado Bradock, solicita VISTAS - Concedida pelo senhor presidente; 06) Projeto de Lei nº 83/2003, de autoria do Poder Executivo. O senhor deputado Durval Amaral, solicita VISTAS - Concedida pelo senhor presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARANACIDADE ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e três, na sala de Reuniões das Comissões, às 16h30min, foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Jocelito Canto, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, e justificada a ausência do deputado Padre Paulo Campos. O senhor presidente iniciou os trabalhos com a leitura do requerimento da criação, bem como, ato do termo de instalação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Em seguida o senhor presidente solicitou que assumissem na Mesa, como vice-presidente nato, o deputado Elio Rusch e como relator nato, o deputado Artagão Júnior e os demais membros titulares, senhores deputados, Jocelito Canto, Luiz Fernandes da Silva Litro, Padre Paulo Campos e Cida Borghetti. Em seguida, o senhor presidente apresentou o programa a ser desenvolvido pela CPI, através de subgrupos, com a seguinte composição: Grupo I - Análise dos convênios e contratos estabelecidos entre o Estado - Sedu/Paranacidade - e os municípios, e entre o Estado e instituições nacionais e internacionais, designados os deputados Joce-

lito Canto e Artagão Júnior. Grupo II - Análise da utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU e sua aplicação à luz dos objetivos da sua criação e políticas posteriores, designados os deputados Luiz Fernandes da Silva Litro e Cida Borghetti. Grupo III - Análise de contratos para realização da "Base Cartográfica", no que tange à legalidade, economicidade e realização do objeto contratado, designados os deputados Elio Rusch e Padre Paulo Campos. A proposta do senhor presidente, bem como a composição dos subgrupos, foram aprovados, por unanimidade. O senhor presidente informou aos membros da Comissão que a Casa colocou à disposição para nos assessorar as servidoras, Maria Henrique da Silva de Paula, Marisa Couto de Cristo, e demais funcionários solicitados de outros órgãos públicos. O senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, que seja encaminhado correspondência ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, solicitando os seguintes documentos: 01) Todas as prestações de contas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu, com as respectivas análises e pareceres junto ao procurador geral do Tribunal de Contas, bem como resoluções de Plenário, se houver; 02) Demonstrações contábil das entradas dos empréstimos nacionais e internacionais e as respectivas saídas; 03) esclarecimento em forma de relato, se houver, por parte do Banco Mundial ou Instituições similares de impugnações relativas a recursos recebidos pelo Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu, julgados em tramitação; 04) Balanço do Paranacidade dos exercícios financeiros do período entre 1996 a 2002; 05) Balanço do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, dos exercícios financeiros de 1995 a 2002; 06) Relação dos convênios e contratos firmados entre a Sedu/Paranacidade e municípios, informando: municípios, órgãos, data da assinatura, prazo de duração, valor, objeto contratado e conveniado indicando o percentual que foi liberado e o percentual realizado; 07) Informar o extrato da autorização governamental, que autorizou a celebração do convênio, declinando o número do documento e data da publicação no Diário Oficial do Estado; 08) Informar se foi firmado Aditivo Contratual, o valor, data, prazo para execução e justificativas; 09) Encaminhar cópia do(s) Contrato(s) padrão que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu e o Paranacidade fez uso; 10) Informar qual a sistemática do repasse das verbas destinadas a financiamentos de obras e serviços; 11) Informar quais as organizações não governamentais que intermediaram o repasse de verbas, se houveram; 12) Encaminhar processo completo de "Base Cartográfica" dos seguintes municípios: Cascavel, Cambé, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Iporã, Londrina, Maringá, Marechal Cândido Rondon, Pato Branco, e Ponta Grossa; 13) Informar quais os critérios para a eletividade dos municípios, junto ao Programa Base Cartográfica; 14) Informar nome, endereço completo dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria

Executiva do Paranacidade, do período de 1996 a 2002, indicando as suas respectivas funções, se remunerado, indicar o valor da remuneração. O senhor deputado Jocelito Canto, usou a palavra solicitando ao presidente para que a imprensa seja informada sobre os trabalhos somente após verificado a apuração dos fatos. A sugestão foi acatada pelo presidente e demais membros da Comissão. Após estarem os membros de acordo com o exposto, o senhor presidente marcou as próximas reuniões para todas as terças-feiras, após recebimento dos documentos solicitados para análise. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, encerrou a presente reunião e determinou que eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE MARÇO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelas senhoras deputadas Elza Correia e Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elza Correia, Jocelito Canto (15).

O senhor presidente declara aberta a presente Sessão e sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, passando ao senhor 2º secretário a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá e procederá a verificação de votação da Ata.

(É procedida a verificação de votação)

Não há quórum para verificação de votação, nem para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 059 e 060/2001; 043, 066, 068, 091 e 096/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 001 e 003/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2003.

Levanta-se a Sessão.

Pauta da CCJ - 01.04.2003

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Proposição-veto nº 019/2003. Autor: Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do deputado Caíto Quintana, que acresce artigo 2º a Lei nº 11.718/97 (Escola de Belas Artes do Paraná). **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 26.03.2003.**

Projeto de Lei nº 120/2003. Autor: deputado Luiz Accorsi. Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.385, de 28 de dezembro de 1998, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - Anjo da Guarda. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 26.03.2003.**

Projeto de Lei nº 127/2003. Autor: deputado Marcos Isfer. Altera dispositivo da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996 (Paranacidade). **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 26.03.2003.**

Projeto de Lei nº 130/2003. Autor: deputado Mauro Moraes. Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao desembargador Oto Luiz Sponholz. **Relator: deputado Chico Noroeste, designado em 26.03.2003.**

Projeto de Lei Complementar nº 138/2003. Autor: Poder Executivo. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, conforme especifica. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 26.03.2003.**